

ADÉLIA NUNES  
CLAUDETE OLIVEIRA MOREIRA  
ISABEL RODRIGUES PAIVA  
LÚCIO SOBRAL DA CUNHA  
COORDENAÇÃO | EDITORS

# TERRITÓRIOS DE ÁGUA

## WATER TERRITORIES



COIMBRA | 2016

CEGOT

Centro de Estudos de Geografia  
e Ordenamento do Território

# FICHA TÉCNICA | IMPRINT

## TÍTULO | TITLE

TERRITÓRIOS DE ÁGUA | WATER TERRITORIES

## COORDENAÇÃO | EDITORS

Adélia Nunes

Claudete Oliveira Moreira

Isabel Rodrigues Paiva

Lúcio Sobral da Cunha

## APOIO CIENTÍFICO | SCIENTIFIC SUPPORT

Albano F. Rodrigues; Alexandre Tavares; Ana Monteiro; Alberto Gomes; Ana Paula Santana; António Vieira; A. Campar de Almeida; A. J. Bento Gonçalves; Carlos Leão Bordalo; Carlos Bateira; Carmen Ferreira; Catarina Ramos; Cláudio di Mauro; Edson Vicente da Silva; Eusébio Reis; Fantina Tedim; Felisbela Martins; Fernanda Cravidão; Francisco Costa; João Sant'Anna Neto; João Luís Fernandes; J. Esteban Castro; José Gomes dos Santos; Luciano Lourenço; Luís Paulo Martins; Assunção Araújo; Fátima Velez de Castro; Felisbela S. Martins; Maria José Roxo; Messias Modesto dos Passos; Norberto Santos; Nuno Ganho; Paulo Carvalho Tomás; Pedro Chamusca; Ramón García Marín; Rui Ferreira de Figueiredo; Teresa Sá Marques; Virgínia Teles

## ISBN

978-989-20-6860-2

Imagem da capa: direitos reservados

## EDITOR | EDITOR

CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**CEGOT**  
Centro de Estudos de Geografia  
e Ordenamento do Território



FLUC FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE | FINANCIAL SUPPORT

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

**COMPETE  
2020**

**PORTUGAL  
2020**

 **UNIÃO EUROPEIA**  
Fundo Europeu de  
Desenvolvimento Regional

## TURISMO FLUVIAL EM PORTUGAL CONTINENTAL: OFERTA E POTENCIALIDADES

RIVER TOURISM IN PORTUGAL: TOURISTIC OFFER AND POTENTIALS

### Claudete Oliveira Moreira

*CEGOT, Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia e Turismo, Portugal.*  
*claudete@fl.uc.pt*

### Norberto Pinto dos Santos

*CEGOT, Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia e Turismo, Portugal.*  
*norgeo@ci.uc.pt*

### RESUMO

O turismo fluvial é uma proposta de turismo náutico, produto estratégico no planeamento turístico português, que todavia, só pontualmente tem merecido a devida atenção. O rio Douro e alguns empresários que aí atuam, têm conseguido fazer singrar o turismo fluvial para ofertas muito atrativas. Todavia, no resto da País isso não tem acontecido de forma explícita. Sendo evidente que existem condições ótimas nos rios portugueses para a valorização deste tipo de turismo, este texto pretende identificar as propostas existentes no mercado, propor mais-valias associadas e definir elementos que permitam identificar pontos fortes e oportunidades, assim como pontos fracos e ameaças, dando ênfase a propostas de valorização e formas de oferta turística integrada. Para isso impõe-se uma especial tomada de atenção às relações entre os ambientes aquáticos e a oferta que pode ser encontrada nos territórios ribeirinhos, através dos seus modos de vida, das suas histórias, dos seus saberes-fazer e das suas paisagens tendencialmente anfíbias e por vezes lacustres. Sabendo que a água é um dos elementos que, no turismo, consegue níveis de satisfação e superação de expectativas muito significativas, propõe-se a apreciação dos territórios ribeirinhos e ambientes aquáticos enquanto espaços de oferta turística singular.

**Palavras-Chave:** Turismo fluvial, territórios ribeirinhos, desenvolvimento local, oferta turística

### ABSTRACT

The river tourism is a nautical tourism proposal, strategic product in the Portuguese tourism planning, which however only occasionally has received due attention. The Douro river and some entrepreneurs who work there, have managed to succeed in river tourism with very attractive offers. However, at the rest of the country the offer hasn't happened so explicitly. In Portuguese rivers there are great conditions to value this type of tourism. This text aims to identify existing proposals in the market, offer added value and define elements to identify strengths and opportunities as well as weaknesses and threats, emphasizing proposals and ways of valuing the

integrated tourism offer. For this we must have a special attention to aquatic environments and tourist resources in riverside territories. This implies to the valuing of their ways of life, of their stories, of their know-how and of their landscapes, space of live with amphibious characteristics and sometimes lacustrine. Knowing that the water element is, in tourism, capable of achieve high satisfaction levels and overcoming expectations, it is proposed here analysis of aquatic environments as a singular space of touristic offer.

**Keywords:** River tourism, riverside territories, local development, touristic offer

## 1. INTRODUÇÃO

O turismo fluvial integra um conjunto muito diversificado de atividades ligadas a planos de água interiores: rios, canais, lagos, lagoas e albufeiras. Contempla a valorização dos meios de transporte fluviais, de embarcações mais ou menos tradicionais, para a realização de percursos de barco, com durações variáveis, de uma hora ou de algumas horas, de cruzeiros fluviais de um dia, de cruzeiros fluviais de vários dias a bordo de barco hotel, a utilização de um barco casa (*houseboat*) durante um fim de semana, uma semana ou várias semanas, a utilização de barcos de recreio privados e náutica de proximidade. Para além disto, o turismo fluvial integra a prática de desportos náuticos e atividades de lazer aventura como a pesca de barco, o remo, a canoagem, o *kayak*, a vela, a motonáutica, o *windsurf*, o *kitesurf*, o *paddle board*, o *rafting*, o *canyoning*, entre outras. Este turismo liga-se ainda a estruturas e equipamentos que permitem um lazer de sol e banhos de água doce, isto é, às praias fluviais. O turismo fluvial integra igualmente a visita a atrações turísticas, em lugares ribeirinhos, mais ou menos contíguas aos planos de água interiores.

Uma das características do turismo fluvial (embarcado ou de aproveitamento das margens de rios, canais, lagos, lagoas ou albufeiras) é a possibilidade de uma conjugação do ambiente aquático, embarcado ou não, com o ambiente terrestre, através de caminhadas, visitas a povoados, a monumentos, a artesãos, a participação em repastos gastronómicos que se encontram a salvo em muitos desses santuários do mundo rural com ligações à rede fluvial do país.

O contacto com a água ou a sua proximidade, por vezes apenas a sua presença na paisagem são, por si só, motivadores de relações de satisfação para uma grande maioria da população. Os ambientes marítimos têm merecido, ao longo dos tempos de robustecimento do turismo enquanto atividade económica e vetor de desenvolvimento territorial, especial atenção. Em contrapartida, as águas doces têm sido negligenciadas enquanto ambiente de favorecimento da qualidade e da diversidade da oferta turística. A valorização dos ambientes aquáticos não marítimos para atividades de lazer e de turismo é relativamente recente (Marques, P F, 1994; Damien, 2001; García González, 2004; Simões e Vale, 2002; Silva, 2005; Cabalar Fuentes, Santos Solla e Pazos Otón, 2006; Hall e Härkönen, 2006; Prideaux, & Cooper, 2009; Cavaco, 2010: 236ss;

Costa, 2010: 276ss; Fazenda, Silva e Costa, 2010; Moreira e Santos, 2010; Moreira, 2011; Lois González e Paül Carril, 2011, Martins, 2011; Moreira, 2012: 96ss; Teles, 2012; Pereira, 2014).

Existem regiões no mundo que se evidenciam pelas melhores práticas no âmbito da oferta de turismo fluvial, como sucede em França, Damien (2001: 5ss) demonstra isto mesmo. Este país possui a mais extensa rede de vias navegáveis na Europa, são cerca de 8 500 Km de vias navegáveis e cerca de 1 865 eclusas que unem a fachada Atlântica da Mancha, de Biscaia e a fachada Mediterrânea. Neste país o desenvolvimento do turismo fluvial é relativamente recente, acontece, fundamentalmente, a partir do ano 2000. Para tal muito contribuiu a criação, em 2001, do Observatório Nacional de Turismo Fluvial alicerçado na *Réseau National d'Observation du Tourisme Fluvial*, que resultou de uma parceria entre *Vois Navegables de France (VNF)* e *Observation, Développement et Ingénierie Tourististique (ODIT)*, antigo *Observatoire National du Tourisme (ONT)*. Fazem parte do *Réseau National d'Observation du Tourisme Fluvial*, entre outros, representantes do *Comité des Armateurs Fluviaux (CAF)*, do *Conseil Supérieur de la Navigation de Plaisance et des Sports Nautiques (CSNPSN)*, e da *Fédération Française des Ports de Plaisance (FFPP)*, bem como representantes dos *Comités Régionaux de Tourisme*. Em França a ação do Observatório Nacional de Turismo Fluvial centra-se no conhecimento da evolução das atividades de turismo fluvial.

Em Portugal apenas nos últimos anos se começam a explorar os ambientes aquáticos não marítimos enquanto recurso, produto e atração turística. A valorização dada aos recursos hídricos a nível nacional, surge com o desenvolvimento de vias navegáveis, com a criação de estruturas adequadas a uma boa e qualificada utilização destes espaços de lazer e com a integração de meios diversificados de transporte fluvial para a náutica de recreio fluvial e lagunar. A juntar a estes recursos importa também relevar o aproveitamento das albufeiras, capazes de criar uma nova dinâmica de valorização do turismo fluvial (veja-se a este propósito Marques, P F, 1994). Em Portugal a proteção das albufeiras de águas públicas data de 1971 (Decreto-Lei n.º 502/71), altura em que houve necessidade de assegurar a harmonização das atividades secundárias que se desenvolvem nas albufeiras com os fins que estiveram na génese da construção das barragens. Datam de 1991 (Decreto Regulamentar n.º 37/91) os Planos de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas (POAAP), que no final da década de 90 do século XX são classificados como Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT)<sup>1</sup>. Em Portugal, um novo quadro de proteção legal dos recursos hídricos foi instituído com a entrada em vigor da Lei da Água<sup>2</sup>, com a aprovação de um novo regime jurídico da utilização dos recursos hídricos, determinado por esta lei e pela lei da titularidade dos recursos hídricos. O regime de proteção das albufeiras de águas públicas de

---

<sup>1</sup> No seguimento da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto) e do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro).

<sup>2</sup> Aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, estabelece um quadro de ação comunitário no domínio da política da água. O objetivo principal foi criar um enquadramento para a proteção não só das águas de superfície interiores como também das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas.

serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas (Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio) teve como objetivo proteger não só os planos de água como o território envolvente, numa faixa que corresponde à zona terrestre de proteção, para a qual se manteve a largura de 500 m (com a possibilidade de a mesma ser ajustada para uma largura máxima de 1000 m, nos casos em que seja elaborado um Plano Especial de Ordenamento do Território, PEOT), regulando quer as albufeiras que se encontram abrangidas por um Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP), quer aquelas em que estes planos não existem. Todas estas iniciativas legislativas revestiram-se de grande importância para a proteção dos recursos hídricos, conferindo-lhes qualidade para serem fruídos no contexto das práticas de lazer e de turismo.

Em Portugal algumas albufeiras de águas públicas têm beneficiado de diferentes investimentos que permitem valorizar os planos de água, destaque para Alqueva (no rio Guadiana, com a Marina da Amieira), Aguieira (no rio Mondego, com o empreendimento Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa), Caniçada (no rio Cávado, fronteira sul do Parque Nacional da Peneda-Gêres), Montargil (alimentada pela ribeira de Sôr, com o empreendimento Lago Montargil & Villas), Castelo do Bode (no rio Zêzere, de Alverangel, onde fica a Marina de Castelo do Bode, até Dornes, ainda área de enchimento da barragem), para se mencionarem apenas algumas referências. Em Portugal é na década de 90 do século XX que nas albufeiras de barragem se intensificam e diversificam as utilizações secundárias, emergindo a utilização para práticas de lazer e de turismo, passando a promover-se uma gestão integrada. A criação nas barragens de eclusas tem permitido, em alguns casos, a navegabilidade das linhas de água para fins comerciais e turísticos e a fruição das albufeiras. Em Portugal o rio Douro é o rio que apresenta maiores investimentos neste âmbito.

## 2. O TURISMO FLUVIAL NO RIO DOURO

Em Portugal o rio Douro apresenta-se como um dos cursos de água em que o turismo fluvial adquire maior expressão, quer em termos de navegação marítimo-turística, quer em termos de navegação de recreio (Fazenda, Silva e Costa, 2010; Moreira e Santos, 2010: 162; Marques H, 2011: 79; Teles, 2012). Ao longo do curso do rio, numa extensão de cerca de 210 km, da sua foz até Barca d'Alva, existem cinco eclusas<sup>3</sup> que permitem vencer um desnível de cerca de 127 m, e cerca de 49 cais para embarcações turísticas e de recreio.

É na década de 90 do século XX que a utilização da via navegável do Douro, para atividades de lazer e de turismo, começa a adquirir expressão. O facto de nas décadas de 60, de 70 e de 80, do século XX, o rio Douro ter beneficiado de grandes empreendimentos hidroelétricos; de em 1996 a

---

<sup>3</sup> A eclusa de Carrapatelo, construída em 1971, com 35 m, é a mais alta da Europa e a segunda mais alta do mundo em funcionamento. Em 1973 foi efetuado o aproveitamento da Régua com a construção da eclusa de Bagaúste, outras se lhes seguiram: a eclusa da Valeira (1976), a eclusa do Pocinho (1983) e a eclusa de Crestuma-Lever (1986).

cidade do Porto ter sido considerada Património Mundial da Humanidade, UNESCO; de em 2001 o Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem que caracteriza a vasta Região Demarcada do Douro, dotada de uma singularidade que lhe confere grande notoriedade (isto é, ser a mais antiga região vitícola regulamentada do mundo), ter sido inscrita na Lista Representativa do Património Mundial, UNESCO, muito contribuiu para uma crescente estruturação da oferta de atividades de lazer e de turismo. A observação da Figura 1 permite constatar o aumento, gradual, dos operadores marítimo-turísticos que atuam na via navegável do Douro. Se em 2001 existiam apenas 2 operadores, os dados mais recentes, relativos a 2015, apontam para 38 operadores marítimo-turísticos, o que quer significar uma taxa de crescimento médio ao ano de cerca de 23,4%. 2011 individualiza-se por ser o ano em que se assiste a um maior número de registos de operadores marítimo-turísticos na via navegável do Douro, 11 no total (Figura 1).

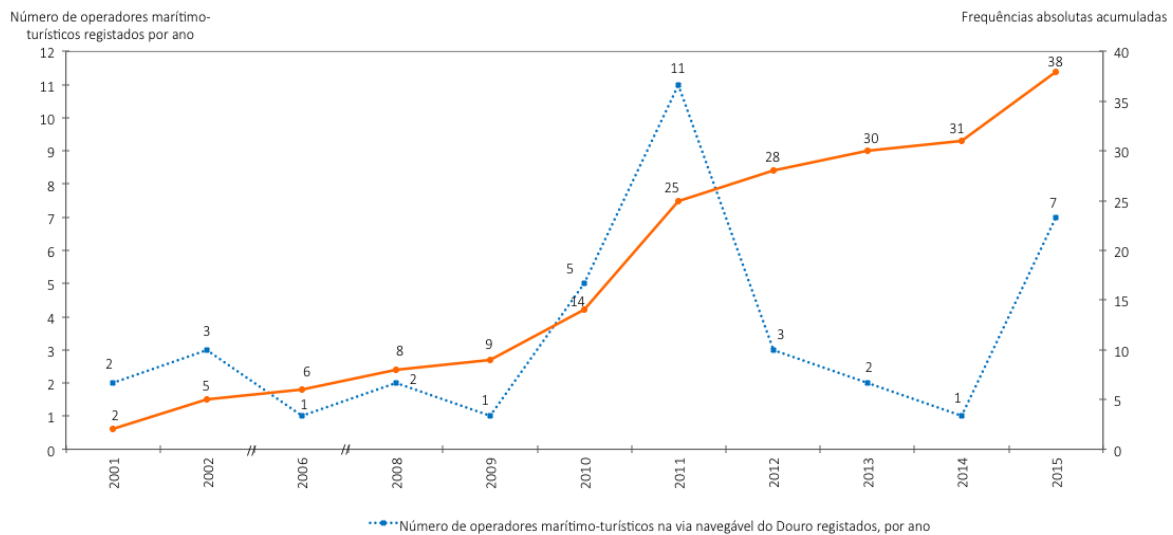


Figura 1 - Número de operadores marítimo-turísticos que atuam na via navegável do Douro, registados no Turismo de Portugal, por ano de registo, de 2001 a 2015, e frequências acumuladas.

Fonte: Elaboração própria com base em APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, 2016.

Em 2015 eram 100 as embarcações marítimo-turísticas que navegavam no rio Douro, sendo a capacidade instalada de transporte desta frota de cerca de 6 976 passageiros. Do conjunto das embarcações apenas 22 são os característicos *barcos rabelos*, com uma capacidade de transporte de 1 812 passageiros, representando estas embarcações tradicionais cerca de um quarto da capacidade de transporte total (cerca de 26%). Um tipo de embarcação que tem vindo a crescer de um modo muito significativo na via navegável do Douro é o barco hotel. Em 2015 existiam cerca de 14 barcos hotéis a navegar no rio Douro, transportando nesse ano um número sem

precedentes de passageiros: 60 421 (Figura 2). O número de passageiros transportados em barco hotel na via navegável do Douro tem evidenciado, entre 2007 e 2015, uma taxa de crescimento médio, ao ano, de cerca de 19,1%.

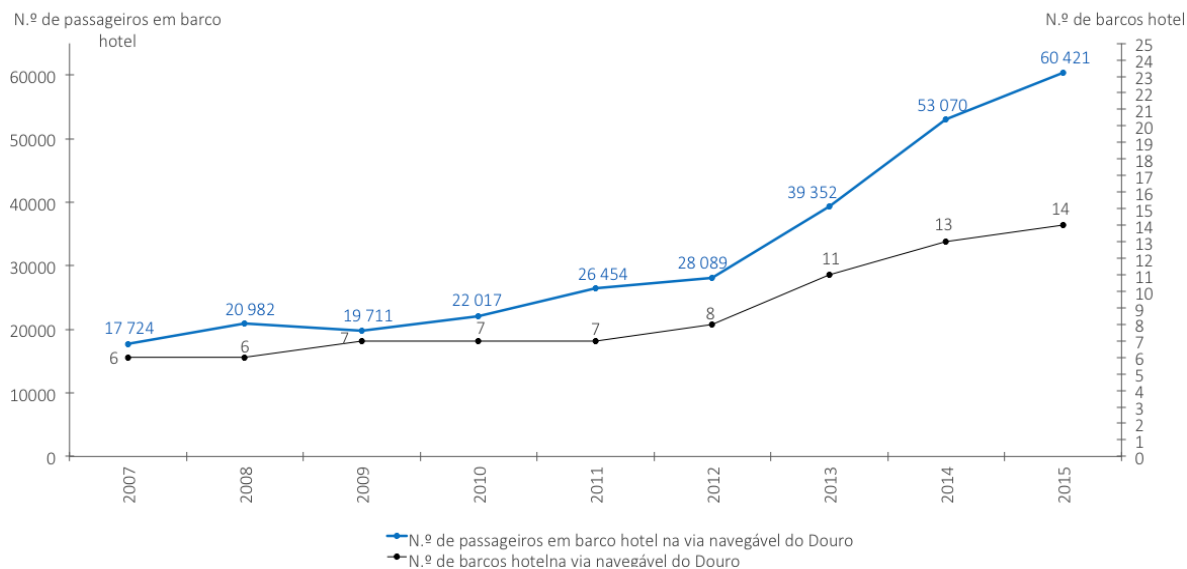


Figura 2 - Número de barcos hotel e de passageiros transportados, na via navegável do Douro, de 2007 a 2015.

Fonte: Elaboração própria com base em APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, 2016.

Na primeira metade da década de 90 do século XX os passageiros que realizavam cruzeiros de um dia, no rio Douro, e que faziam uso de pelo menos uma eclusa de navegação, eram cerca de 6 500. Em 2015 este valor ascendeu aos 192 338 passageiros (Figura 3), o que quer significar uma taxa de crescimento médio, ao ano, de cerca de 17,6% de passageiros. Na análise desta evolução tem de se considerar o facto de ter havido uma crescente estruturação da oferta turística, na linha de água e nas margens, e uma internacionalização da procura turística.

No rio Douro o cais da Régua é, de todos, o que regista maior movimentação de passageiros embarcados e desembarcados. A partir de meados da primeira década do século XXI constata-se que a atividade turístico-fluvial vai alcançando terras mais para montante, em direção ao Douro Superior. Os cruzeiros Régua – Pinhão – Régua e Régua – Barca d’Alva – Régua, que geralmente têm a duração de um dia, que complementam a oferta mais consolidada com a mesma duração Porto – Régua – Porto, contribuem para tal facto. No âmbito da procura turística há uma preferência clara pelos cruzeiros na mesma albufeira com duração variável, meia hora ou uma hora, diurnos e noturnos, uma oferta que se adequa bem à curta estada, integrada no produto *city break*, seguindo-se os cruzeiros de um dia (Figura 4).



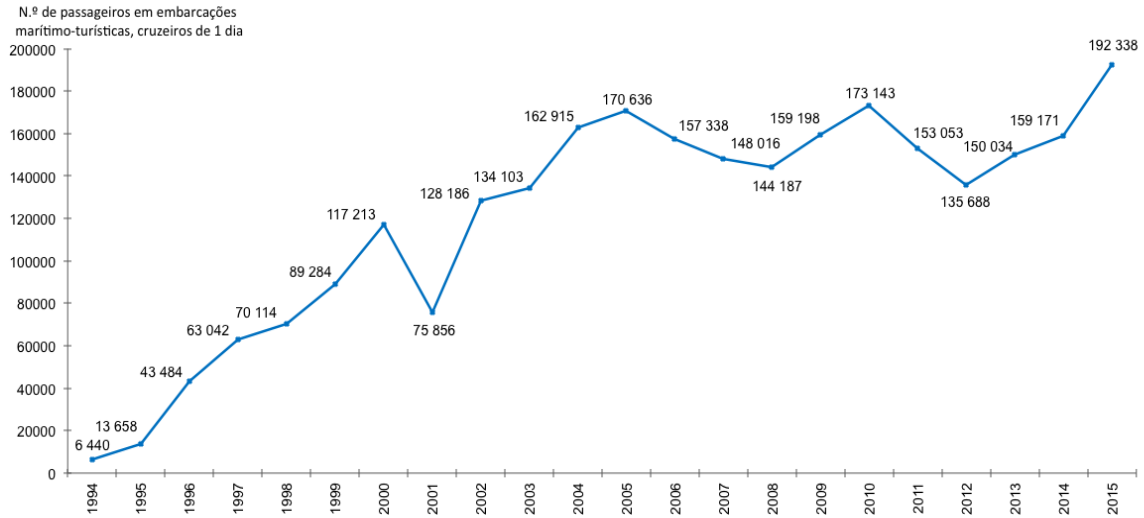


Figura 3 - Número de passageiros que realizaram cruzeiros, em embarcações marítimo-turísticas, na via navegável do Douro, de 1994 a 2015.

Fonte: Elaboração própria com base em APDL, Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, 2016.

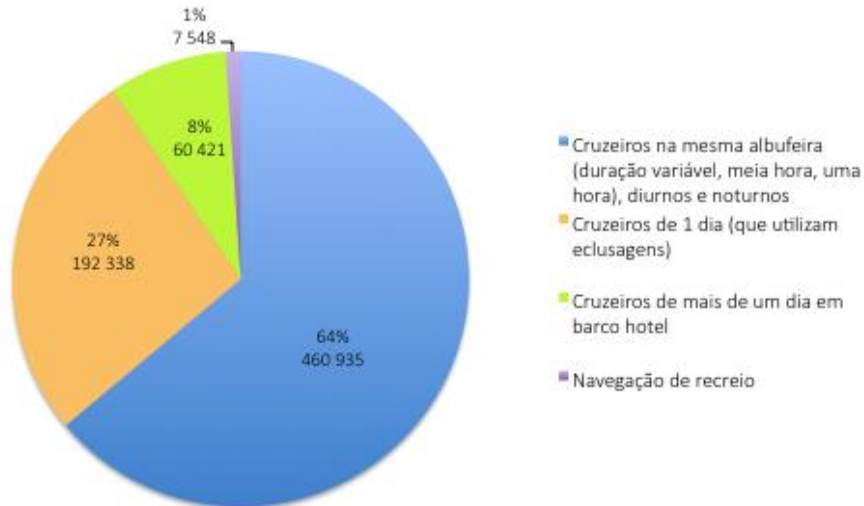


Figura 4 - Número de passageiros que utilizaram a via navegável do Douro, por segmentos, em 2015.

Fonte: Elaboração própria com base em APDL, Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, 2016.

No âmbito da diversificação dos tempos e dos espaços que servem de referência para as experiências turísticas a noite adquire um protagonismo crescente. É outra a cidade à noite, é outra a paisagem urbana noturna. No rio Douro a navegação noturna restringe-se, compreensivelmente, em extensão, fazendo-se entre a Barra do Douro e o Polo Fluvial do Freixo, privilegiando-se as frentes ribeirinhas das cidades de Gaia e do Porto. A iluminação do espaço urbano muito contribui para que a paisagem adquira um efeito cénico, conferindo um certo romantismo ao *promenade*. A partir do ano de 2006, e até 2014, é possível conhecer, para o rio Douro, o número de passageiros transportados em cruzeiros fluviais noturnos. Esta é uma procura que tem vindo a adquirir uma expressão cada vez mais significativa, como se pode constatar através da observação da Figura 5, que decorre de uma oferta que valoriza a experiência turística, distendendo-a para um outro tempo: a noite.

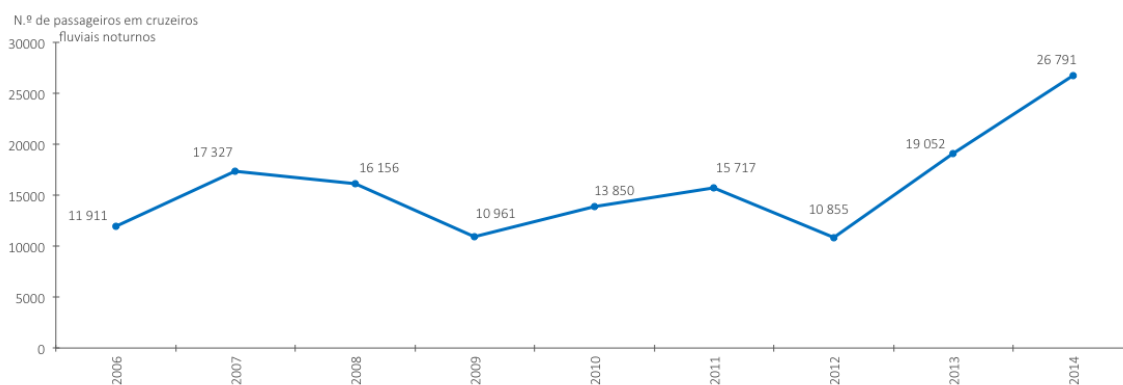


Figura 5 - Número de passageiros em cruzeiros fluviais noturnos, na via navegável do Douro, de 2006 a 2014.

Fonte: Elaboração própria com base em APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, 2016.

Para além das águas do rio Douro, em Portugal duas das albufeiras em que o turismo fluvial adquire especial importância são a albufeira de Castelo de Bode, com os cruzeiros no rio Zêzere, e a albufeira de Alqueva. A barragem hidroelétrica de Castelo de Bode é uma obra do regime, foi construída pelo Estado Novo, tendo sido inaugurada em 1951, a sua albufeira é, no Centro de Portugal, uma referência em termos de atividades de lazer. A albufeira de barragem de Alqueva, que se estende por cerca de 83 km e que tem cerca 1 160 km de perímetro, individualiza-se, entre outros aspetos, por ser o maior lago artificial da Europa. Ao longo das suas margens, nas Terras do Grande Lago, implantam-se dez aldeias ribeirinhas. A Marina da Amieira funciona como uma estação náutica de interior, prestando um conjunto diverso de serviços. A prática de um turismo

fluvial torna-se aqui acessível a qualquer cidadão pois para pilotar as embarcações não é necessário possuir carta de marinheiro.

Em Portugal, a navegabilidade para fins turísticos tem vindo a adquirir uma crescente expressão também nos canais do rio Vouga, mais concretamente na Laguna de Aveiro (*haff delta* de Aveiro), com a utilização de embarcações tradicionais: os moliceiros. Aqui a navegação faz-se, fundamentalmente: no Canal Central, em cujas margens sobressaem as fachadas da Arte Nova; no Canal das Pirâmides, a partir do qual é possível contemplar o Jardim do Rossio e as marinhas de sal (salienta-se a Troncalhada), nas quais labutam entre julho e setembro os marnotos e as mulheres que fazem do sal uma arte; no Canal de São Roque, a partir do qual se observa o antigo bairro de pescadores, peixeiras e marnotos, bem como os palheiros que se constituíram como armazéns de sal, alguns hoje requalificados e refuncionalizados, acolhendo bares e restaurantes e o Canal do Cojo, a partir do qual se observa a antiga capitania do Porto de Aveiro, assente no leito, e a antiga fábrica de tijolo António Maria Campos, que acolhe o Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

Igualmente merecedor de destaque é o rio Guadiana. O seu leito estende-se por cerca de 720 Km, sendo 300 km do seu percurso em território português. O rio Guadiana é navegável numa extensão de cerca de 68 km, da foz até Mértola. O recente investimento luso espanhol de beneficiação do rio Guadiana em termos de navegabilidade reveste-se de grande importância para a navegação de recreio e turística. O desassoreamento do Guadiana iniciou-se em 2015, tendo sido promovido pelos governos de Portugal e de Espanha, no âmbito do projeto ANDALBAGUA Território e Navegabilidade no Baixo Guadiana (veja-se a este propósito Marques, C A, 2012: 292ss), projeto financiado pelo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha/Portugal (POCTEP) 2007-2013, co-financiado em 75% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Este projeto define uma estratégia territorial transfronteiriça e uma estratégia para a paisagem fronteira fluvial do Baixo Guadiana, no contexto da qual se contempla a navegabilidade do rio Guadiana, sendo relevante para conferir segurança à navegabilidade de embarcações turísticas, desportivas e pesqueiras. As intervenções faseadas começaram por ser de desassoreamento da barra, com dragagens na foz, em 2015, seguiu-se a dragagem, balizamento do canal de navegação e sinalética, criação de ancoradouros até Alcoutim, esperando-se uma segunda fase de intervenções, enquadrada no quadro de programação 2014-2020, até ao Pomarão (aldeia do século XIX, na margem esquerda do rio Guadiana, com um porto fluvial através do qual era escoado o cobre das minas de São Domingos) e deste até à vila museu de Mértola, até 2017.

Em Portugal o assoreamento das linhas de água tem comprometido a navegação marítimo-turística, tal sucede não só com o rio Guadiana com também com o rio Minho, com o rio Arade, com o rio Mondego e com o rio Tejo nos baixios. O rio Minho já foi navegável da foz até Melgaço, pretendendo os municípios portugueses de Caminha, de Vila Nova de Cerveira e de Valença e os municípios espanhóis de La Guardia, Tomiño e Tuy o desassoreamento e a valorização turística deste rio internacional. No caso do rio Arade a navegabilidade encontra-se muito condicionada

não só pelo regime hidrológico como pela dinâmica das marés. O assoreamento do rio Arade, aquele que é o curso de água mais importante do sul de Portugal, a seguir ao Guadiana, começou a ser notório a partir do século XVI. Presentemente, a partir do cais junto ao Clube Naval de Portimão é possível realizar cruzeiros fluviais até Silves, em embarcações de pequeno calado e na maré alta. Aquele que é o maior rio português, o rio Mondego, também se debate, secularmente, com o assoreamento e inundações a jusante (veja-se Rebelo, 2010: 54; Peixoto, 2012; 103; Moreira, 2013: 225ss). Em frente à cidade de Coimbra, o *Basófiás*, uma embarcação marítimo-turística que opera desde 1993, e que efetua um percurso fluvial entre o açude-ponte e o Pólo II da Universidade, tem visto crescentemente condicionada a sua navegação. Neste rio a construção de mini-hídricas e de pequenas represas, fazem também perigar a atuação de empresas de animação turística que centram nesta linha de água as atividades em ambientes aquáticos não marítimos, como a descida do rio em canoa ou caiaques. Importa referir que o rio Mondego possui um dos percursos mais descidos em Portugal: um percurso de águas calmas, que se estende por cerca de 12 km, das proximidades de Penacova até à praia fluvial de Casal da Misarela, e que é propício à prática de canoagem. O rio Mondego apresenta um potencial muito apreciável em termos de práticas de lazer e de turismo, como demonstram Rebelo, Cunha e Almeida (1990), Rebelo (2010: 57), Martins (2011: 55), Moreira (2011: 156), Moreira (2013: 275ss).

A navegação de recreio e turística em Portugal encontra igualmente relevância nos rios Sado e Tejo. No estuário do rio Sado a observação de cetáceos constitui-se como uma atração turística. No caso do rio Tejo, para além da navegação marítimo-turística no estuário relevam, em termos de turismo, os cruzeiros fluviais nos baixios do rio Tejo ribatejano, constituindo-se a marina fluvial de Valada do Ribatejo, no Cartaxo, como uma referência para o início destes percursos. Aqui valoriza-se, entre outras, a Rota dos Avieiros, pescadores que de finais do século XIX até à década de 60 do século XX rumavam, no inverno, das praias do litoral centro, designadamente da Praia de Vieira de Leiria (que lhes deu o nome), para as margens do Tejo e do Sado, onde abundava pescado, e onde se instalavam temporariamente em construções palafíticas. Hoje 14 aldeias dispersas por 10 concelhos de borda d'água tagana e por mais dois no rio Sado (Grândola e Alcácer do Sal) são detentoras de uma cultura e património únicos. São, hoje, objetivos centrais destes territórios ribeirinhos: recuperar e reabilitar as aldeias; preservar os traços da identidade dos avieiros; promover o desenvolvimento local e a atividade turística. O fim último é candidatar a Cultura Aviera a Património Nacional para que esta possa candidatar-se às Listas Representativas do Património UNESCO. Preservar a memória e a identidade das comunidades da borda d'água tem sido conseguido através de formas diversas de museologia.

### 3. MUSEOLOGIA E TURISMO FLUVIAL EM PORTUGAL

Os rios têm sido objeto de múltiplas valorizações para atividades de lazer e de turismo, que não se cingem à utilização dos reservatórios de água que os empreendimentos hidroelétricos e

hidroagrícolas proporcionam, nem à simples navegação marítimo-turística. A interpretação das linhas de água em núcleos museológicos é uma tendência que tem vindo a adquirir expressão em Portugal neste século XXI. Várias autarquias têm promovido a interpretação dos rios que atravessam os seus municípios, por vezes em parceria com as Universidades e os Centros de Investigação. Estas iniciativas locais, por vezes transfronteiriças, servem fins diversos, turísticos, pedagógicos e de investigação científica.

O primeiro núcleo museológico a ser criado, em 1998, foi o Museu dos Rios e das Artes Marítimas, em Constância, vila que se afirmou por possuir, até meados do século XX, um dos mais importantes portos fluviais do rio Tejo. O seu acervo centra-se na etnografia fluvial, contemplando, no âmbito do transporte fluvial, uma reconstituição do estaleiro do calafate, réplicas de embarcações tradicionais, artes de pesca, bem como elementos alusivos às Festas em honra de Nossa Senhora da Boa Viagem.

O Ecomuseu do Zêzere, em Belmonte, instalado na antiga Tulha dos Cabrais, um edifício do século XVIII que é património classificado, começou a ser reabilitado e requalificado em 1997, por iniciativa da autarquia local. Este espaço museológico, inaugurado em 2001, centra a sua mostra naquele que é o segundo maior curso de água inteiramente português: o rio Zêzere, valoriza o património natural e cultural, a história do rio e a sua biodiversidade. Rio Zêzere que nasce na Serra da Estrela, próximo do Cântaro Magro, conflui com o rio Tejo, a oeste da vila de Constância, depois de o seu leito se estender por cerca de 242 km. Como referem Gonçalves e Moreira (2011: 118) embora se designe por ecomuseu esta estrutura museológica não coincide, exatamente, com a definição de ecomuseu de Hugues de Varine e de Georges Henri Rivière.

O terceiro núcleo museológico a surgir em Portugal foi o Aquamuseu do Rio Minho, em Vila Nova de Cerveira. Rio Minho que nasce na Serra de Meira, na Galiza (Espanha) e desagua no Oceano Atlântico entre Caminha (Portugal), na margem esquerda, e La Guardia (Espanha), na margem direita, sendo que 78 Km dos seus 300 km de percurso constituem fronteira natural entre Portugal e Espanha. Inaugurado em 2005, o Aquamuseu do Rio Minho é um projeto da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira. Os objetivos deste museu são promover e divulgar o património natural e etnográfico da bacia hidrográfica do rio Minho. Os aquários que possui valorizam os biótopos mais característicos do rio, da nascente até à foz, assim como as espécies piscícolas mais representativas (a truta, a tainha e a lampreia), expondo igualmente, num núcleo dedicado, as artes de pesca artesanal. O número de visitantes deste núcleo museológico apesar de evidenciar uma tendência regressiva nos últimos anos, apresenta anualmente uma cifra não negligenciável, sempre acima dos 12 000 visitantes (Figura 5).

O Museu do Rio de Alcoutim, inaugurado um ano depois, em 2006, em Guerreiros do Rio, centra-se no rio Guadiana e no seu património natural e etnográfico. O rio Guadiana é o quarto maior rio da Península Ibérica, nasce na Lagoa da Ruidera (Espanha) e desagua no Oceano Atlântico, no Golfo de Cádiz, entre Vila Real de Santo António (Portugal), na margem direita, e Ayamonte (Espanha), na margem esquerda.

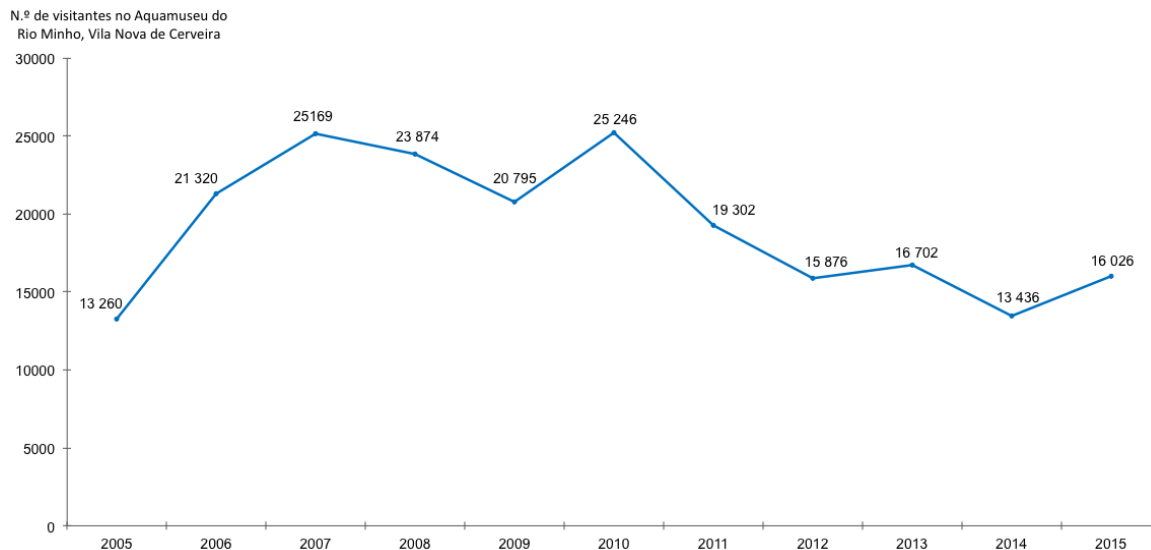


Figura 6 - Número visitantes do Aquamuseu do Rio Minho, em Vila Nova de Cerveira, de 2005 a 2015.

Fonte: dados cedidos pelo Aquamuseu do Rio Minho, Vila Nova de Cerveira, em 2016.

Por fim, refira-se neste texto, o fluviário de Mora, nas margens da ribeira do Raia, inaugurado em 2007, é um outro tipo de atração que tem no rio a sua ancoragem. Este espaço de exposição de habitats naturais, aquáticos e terrestres, da nascente até à foz, constitui-se como um aquário que privilegia os ecossistemas de água doce, individualizando-se por ser o primeiro equipamento do género na Europa e o terceiro no mundo. O número de visitantes que recebeu no ano da sua inauguração (Figura 7), e nos dois anos subsequente, é bem demonstrativo da singularidade desta atração turística localizada num município do interior de Portugal.

Outros núcleos museológicos, alusivos ao rio, de menores dimensões, não podem deixar de ser referidos, como o Museu Avieiro, uma casa avieira típica em Escaroupim, aldeia piscatória do rio Tejo, passível de ser visitada desde 2003, estando a autarquia de Salvaterra de Magos, em 2016, a reabilitar e a requalificar o edifício da antiga escola primária de Escaroupim para ali criar um Museu do Rio. Salvaterra de Magos possui ainda, no edifício do Centro de Interpretação e Educação Ambiental do Cais da Vala, o Museu do Rio de Salvaterra de Magos, um núcleo museológico que valoriza a história dos costumes e tradições das gentes ligadas ao rio Tejo. E, por fim, o Museu Etnográfico da Ribeira de Santarém, inaugurado em 2011 e localizado na antiga Casa da Portagem, um núcleo que procura preservar o património rural, doméstico e naval.

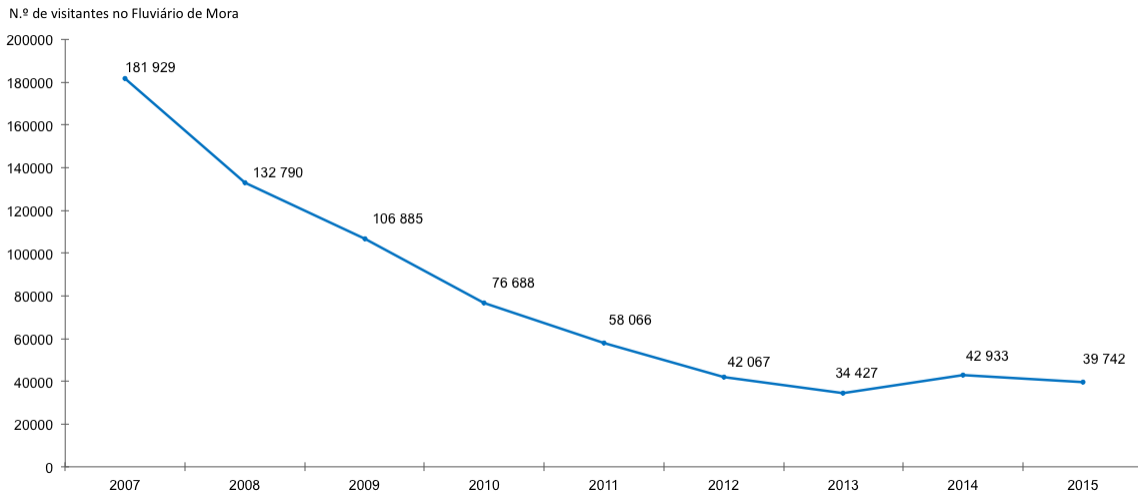


Figura 7 - Número de visitantes do Fluviário de Mora, de 2007 a 2015.

Fonte: dados cedidos pelo Fluviário de Mora, em 2016.

Pode afirmar-se, em jeito de síntese, que durante todo o século XX, em Portugal, o elemento água, na sua relação com o lazer e como o turismo, foi especialmente explorado através de uma oferta ancorada nas praias marítimas e em serviços de complementaridade, especialmente o golfe, o turismo náutico marítimo, o turismo de eventos. Na verdade, na linha de costa perde importância a forma de terapia que no início do século XX foi relevante, a talassoterapia, entretanto substituída pelo termalismo.

O final do século XX e a orientação do mercado na procura incessante de novos produtos turísticos de pendor territorial, veio fazer com que fosse dada uma outra atenção a recursos que, até então, tinham sido menos aproveitados turisticamente. Estes turismos que, de forma iniciática, são associados a nichos ou formas alternativas de aproveitamento dos recursos, começam hoje a ter uma procura que torna evidente aquilo que é assumido por alguns investigadores como uma convergência no sentido da sustentabilidade (Clarke, 1997) entre a oferta massificada e a oferta alternativa, ligada ao facto de o turismo sustentável ser uma meta que todo o turismo deve procurar, independentemente da escala (Inskeep, 1991).

De qualquer modo podem identificar-se duas interpretações de sustentabilidade turística: a interpretação da grande escala para o turismo sustentável tem uma perspectiva dominante física/ecológica expressa como orientação de negócio; a interpretação de pequena escala oferece um ponto de vista social, a partir de uma plataforma local ou de destino. Como refere Clarke (1997) o turismo associado a grandes empresas promove técnicas para induzir mudanças no comportamento turístico de forma a torná-lo compatível com a viagem ambientalmente amigável, um componente educacional estimulado pelas empresas de pequena escala. Por seu lado, as pequenas empresas estão a integrar elementos sobre o desenvolvimento de sistemas de

gestão ambiental eficazes, originalmente território de intervenção das grandes organizações de turismo.

Como se disse num trabalho anterior (Moreira e Santos, 2010) houve uma mudança de paradigma na relação com os ambientes aquáticos não marítimos, na viragem do século. Os espelhos de água passaram a atrair investimentos turísticos, com especial relevância para a navegação, a hotelaria e a restauração, enquanto a regularização e a integração de outros equipamentos de lazer se iam multiplicando.

Neste contexto de mudança de paradigma sob o signo da sustentabilidade, da pequena escala, de valorização do interior, as propostas de banhos de água doce ganham relevo. Atualmente, há uma grande oferta de praias fluviais, organizadas ou não em redes, e capazes de associar a autenticidade do mundo rural, com o património singular e com o lazer de sol e água. Simultaneamente, é possível tomar contacto com a vida de populações que fazem da sua ligação à água o seu quotidiano, do mesmo modo que gastronomias inusitadas, para a maior parte dos visitantes, cruzam os seus paladares, ampliando a satisfação e superando expectativas. Esta é uma conjugação feliz e, claramente, suporte de desenvolvimento local, com níveis de sazonalidade significativos, aspeto nem sempre visto como elemento negativo na oferta turística, em termos de sustentabilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os rios constituem-se, secularmente, como elementos de coesão territorial, intermunicipal, intrarregional e transfronteiriça, uma coesão que no tempo presente se reforça e reconfigura. Os municípios ribeirinhos têm valorizado os planos de água e as margens, reconhecendo o potencial para práticas de lazer e de turismo das águas interiores, beneficiando as margens com investimentos públicos e privados, orientados para o lazer e para o turismo.

Os ambientes aquáticos fluviais são extremamente relevantes para o turismo pois permitem promover a diversificação concentrada, elemento diferenciador do turismo português, que conjugada com a qualificação competitiva e a autenticidade moderna, são elementos centrais do turismo em Portugal, no contexto do *Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal, Turismo 2020* (TP, 2015).

Em termos de turismo fluvial pode afirmar-se que ele se organiza em torno de quatro áreas de intervenção dominantes:

- turismo fluvial com integração de meio de transporte fluvial, associado à atração da paisagem através de um olhar a partir de meio aquático fluvial;
- turismo fluvial associado a atrações fluviais de visitação (lugares, estruturas e equipamentos: Pulo do lobo, Aquamuseu do Rio Minho, Fluviário de Mora, Frecha da Mizarela, Fiskas do Ermelo, Eclusagem, Lido, Haff delta);
- turismo fluvial associado a estruturas e equipamentos para turismo balnear;
- turismo fluvial associado a desportos náuticos e atividades de aventura.



Uma das ofertas que integra o turismo fluvial são os cruzeiros fluviais. Os *stakeholders* do turismo fluvial têm vindo a mostrar ser capazes de dar resposta às motivações dos novos turistas, com a oferta de embarcações de passageiros, para fruir a paisagem com um novo olhar, com uma nova perspetiva, elemento superlativo de inovação quando a maior parte da vida dos visitantes é passada em terra firme.

Em Portugal a construção de albufeiras de barragem, o regime hidrográfico dos rios e o assoreamento progressivo dos leitos têm condicionado a navegabilidade fluvio-turística, sendo em certos casos esta fundamental para o desenvolvimento do potencial turístico do território. O rio Douro individualiza-se no território nacional por possuir a maior extensão de via navegável, um número crescente de operadores marítimo-turísticos, uma oferta relativamente estruturada no leito e nas margens, havendo um registo da oferta e da procura turística atualizado, como se demonstrou. Relativamente aos restantes cursos de água, Zêzere, Vouga (Laguna de Aveiro), Guadiana, Tejo, Sado, Mondego, Arade, e tantos outros, a oferta e a procura, em termos de cruzeiros fluviais não se encontra sistematizada, sendo desconhecida.

Mais se conclui que a valorização do património natural e cultural dos rios portugueses é uma realidade relativamente recente em Portugal, característica da primeira década do século XXI. São diversos os espaços museológicos que valorizam o património fluvial, trata-se de núcleos que não negligenciam as embarcações nem as artes de pesca, que estão presentes quase sempre nesta museologia. Ainda assim diferenciam-se pois há núcleos que valorizam as espécies dulciaquícolas (o Aquamuseu do Rio Minho e o Fluviário de Mora); outros contemplam rios portugueses de fronteira (Minho e Guadiana); outros valorizam pequenos portos fluviais (Constância, Alcoutim e Escaroupim).

Ora o crescimento, muito apreciável, nos últimos anos, da navegação fluvio-turística a par de uma crescente valorização das atividades náuticas em águas interiores (do remo, da canoagem, do *rafting*, do *canyoning*, do *windsurf*, do *paddle board*, entre outras), de praias fluviais e de um conjunto de atrações turísticas em terra, onde se integra a museologia fluvial, justificam um conhecimento da oferta e da procura em termos de turismo fluvial e uma monitorização das mesmas. Este conhecimento e esta monitorização são não só úteis para a atuação dos agentes públicos e dos agentes privados que investem na animação turística, como também são estratégicos em termos de gestão dos destinos turísticos. A criação de um observatório do turismo fluvial em Portugal, à semelhança do que foi criado em França, como aqui se deu conta, muito beneficiaria o turismo fluvial em Portugal.

## REFERÊNCIAS

- Cabalar Fuentes, M; Santos Solla, X M e Pazos Otón, M (2006) – Ríos e turismo: naturaleza e desenvolvimento. *Cerna*, 47: 33-35.
- Cavaco, C (2010) – Água doce: agricultura versus lazeres e turismo. In Brito-Henriques, E; Sarmiento, J e Lousada, M A (Eds.), *Water and Tourism. Resources Management, Planning and Sustainability*, 223-259, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa.

- Clarke, J (1997) – A framework of approaches to sustainable tourism, *Journal of Sustainable Tourism*, 5(3): 224-233.
- Costa, C (2010) – O turismo e a água. In Aa. Vv., *À Beira da Água*, 261-295, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Coimbra.  
Disponível em: <http://www.ccdrc.pt/site/bibliotecadigital/Digital/Destaque/destaque1/index.html#/6/>
- Damien, M-M (2001) – *Le Tourisme Fluvial*, Presse Universitaires de France, Paris, 127 p.
- Fazenda, N; Silva, F N e Costa, C (2010) – Douro Valley Tourism Plan: The plan as part of a sustainable tourist destination development process. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 2(4): 428-440.
- García González, L (2004) – Agua y turismo. Nuevos usos de los recursos hídricos en la Península Ibérica. Enfoque integral. *Boletín de La AGE*, 37: 239-255.
- Gonçalves, A C e Moreira, F M (2011) – Museus e núcleos museológicos: fator de valorização do *touring* cultural da Região Centro: as Aldeias Históricas, In Santos N e Cunha L (coord.), *Trunfos de uma Geografia Ativa: Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia*, 113-120, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Hall, C M e Härkönen, T (2006) – Lake tourism: an introduction to lacustrine tourism systems. Hall, C M e Härkönen, T (Eds.), *Lake Tourism: An Integrated Approach to Lacustrine Tourism Systems*, 3-26, Channel View Publications, Clevedon.
- Inskeep E (1991) – *Tourism Planning: An Integrated and Sustainable Development Approach*. New York: Van Nostrand Reinhold, 528 p.
- Lois González R C e Paül Carril V (Eds.) (2011) – *Turismo Fluvial e da Natureza: Un Elemento de Revitalización dos Espazos Rurais e do Interior*, Instituto Galego de Estudos Europeos e Autonómicos, A Coruña, 110p.
- Marques, C A (2012) – Uma estratégia territorial transfronteiriça para Mértola. In Pires, I (comp.), *Borders and Borderlands: Today's Challenges and Tomorrow's Prospects*. Proceedings of the Association for Borderlands Studies Lisbon Conference, 285-298, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa. Disponível em: [https://www.academia.edu/6230414/The\\_formal\\_and\\_informal\\_cross-border\\_cooperation\\_in\\_Europe](https://www.academia.edu/6230414/The_formal_and_informal_cross-border_cooperation_in_Europe)
- Marques, H (2011) – A construción da rexión do Douro portugués a partir da súa identidade fluvial. In Lois González R C e Paül Carril V (Eds.), *Turismo Fluvial e da Natureza: Un Elemento de Revitalización dos Espazos Rurais e do Interior*, 69-83, Instituto Galego de Estudos Europeos e Autonómicos, A Coruña.
- Marques, P F (1994) – Reservoirs: alternative landscapes to coastal recreation. *Littoral 94 Proceedings: A multi-Disciplinary Symposium on Coastal Zone Research-Management and Planning Europe and Mediterranean*, 849-863, Eurocoast Portugal, Porto.
- Martins, N (2011) – *Projeto Territorial do Parque Patrimonial do Mondego: Revisitações da Paisagem Cultural Ribeirinha*. Dissertação de mestrado em Arquitetura, especialização em Planeamento Urbano e Territorial. Universidade de Coimbra, Coimbra, 146 p. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24236/1/Arquitectura%20do%20Territ%C3%B3rio%20Pedro%20Pereira.pdf>
- Moreira, C O (2011) – Ambientes aquáticos não marítimos no Baixo Mondego: margens para a recreação, o lazer e o turismo. In Santos, N P e Cunha, L (coord.), *Trunfos de uma Geografia Activa: Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia*, 149-158, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.  
Disponível em: <http://www.cegot.pt/Files/Downloads/Documentos-Publicos/Publicacoes/Grupo-3/C%20-%20Nacional/1%20-%20LivrosCapitulosLivros/8.pdf>

- Moreira, C O (2012) – Lazer, animação turística e desenvolvimento local. In Jacinto, R (coord.), *Patrimónios, Territórios e Turismo Cultural: Recursos, Estratégias e Práticas*, Coleção Iberografias (19): 77-103, Centro de Estudos Ibéricos, Âncora Editora, Guarda.
- Moreira, C O (2013) – *Turismo, Território e Desenvolvimento: Competitividade e Gestão Estratégica de Destinos*. Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Moreira, C O & Santos, N P (2010) – New opportunities for water environments: River tourism and water leisure activities, In Brito-Henriques, E; Sarmiento, J e Lousada, M A (Eds.), *Water and Tourism. Resources Management, Planning and Sustainability*, 147-168, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Disponível em: [https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/20067/1/River\\_Tourism.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/20067/1/River_Tourism.pdf)
- Peixoto, P (2012) – Que o Mondego una o que o Mondego dividiu. *Via Latina*, 9: 102-103.
- Pereira, A F C (2014) – *O Turismo Fluvial no Rio Tâmega*. Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade do Minho, Braga.
- Prideaux, B e Cooper, M (2009) – *River Tourism*, CABI, Oxfordshire, 269 p.
- Rebelo, F (2010) – Paisagens de rios, albufeiras e lagoas na Região Centro. In In Aa. Vv., *À Beira da Água*, 41-75, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Coimbra.
- Rebelo, F; Cunha, L e Almeida, A C (1990) – Contribuição da Geografia Física para a inventariação das potencialidades turísticas do Baixo Mondego. *Cadernos de Geografia*, 9, 3-34. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos\\_Geografia/Numeros\\_publicados/CadGeo9/artigo1](http://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo9/artigo1)
- Silva, J A (Coord.) (2005) – *O Destino Turístico Arade: Uma Estratégia de Intervenção*. Agência do Arade, Associação de Desenvolvimento do Arade, Portimão.
- Simões, J M e Vale, M (2002). Valorizar e fruir o Tejo: uma aposta estratégica da região de Lisboa e Vale do Tejo. *Sociedade e Território*, 33: 108-122.
- Teles, T (2012) – *Turismo Fluvial no Douro: Rio, Caminho de Ontem Atração de Hoje*. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Disponível em: [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20414/1/Tese\\_Tânia\\_Teles.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20414/1/Tese_Tânia_Teles.pdf)
- TP (Turismo de Portugal) (2015). *Turismo 2020: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal 2014-2020*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Disponível em: [www.turismo2020.turismodeportugal.pt](http://www.turismo2020.turismodeportugal.pt)